



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº2933/2020

Data da disponibilização: Sexta-feira, 13 de Março de 2020.

<p>Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região</p> <p>Desembargador JOSÉ MURILO DE MORAIS Presidente</p> <p>Desembargador FERNANDO LUIZ GONÇALVES RIOS NETO 1º Vice-Presidente</p> <p>Desembargadora CAMILLA GUIMARÃES PEREIRA ZEIDLER 2ª Vice-Presidente</p> <p>Desembargadora ANA MARIA AMORIM REBOUÇAS Corregedora</p> <p>Desembargadora MARISTELA ÍRIS DA SILVA MALHEIROS Vice-Corregedora</p>	<p>AVENIDA GETÚLIO VARGAS, 225, FUNCIONÁRIOS, BELO HORIZONTE/MG CEP: 30112900</p> <p>Telefone(s) : (31) 3228-7000</p>
---	---

Presidência

Ato

Ato

Recomenda prevenção ao contágio do COVID 19

RECOMENDAÇÃO Nº GCR/GVCR/01/2020

Belo Horizonte, 13 de março de 2020.

Assunto:Prevenção ao contágio do novo coronavírus (COVID-19)

A Desembargadora Corregedora, Ana Maria Amorim Rebouças, e a Desembargadora Vice-Corregedora, Maristela Íris Malheiros, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO a edição da Recomendação nº 2/GCGJT, de 12 de março de 2020, que recomenda às Corregedorias Regionais locais, em atenção às peculiaridades de cada unidade jurisdicional, a determinação de medidas hábeis a minorar os riscos de contágio e expansão do COVID-19 onde houver aglomeração de pessoas para realização de audiências ou quando, notadamente, as Varas do Trabalho sejam concentradas em prédio único;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (COVID-19), em virtude da sua reclassificação recente como pandemia pela Organização Mundial de Saúde;

CONSIDERANDO que os casos confirmados da doença em Minas Gerais, na presente data, ainda não são expressivos, mas que há informações no sentido de que a transmissão ocorre de forma comunitária, bem como que é frequente a circulação em Varas do Trabalho de pessoas de outros Estados;

CONSIDERANDO a necessidade de se conciliar os princípios constitucionais da inafastabilidade de jurisdição, efetividade jurisdicional, celeridade processual e eficiência administrativa (artigos 5º, XXXV e LXXVIII e 37, caput, da Constituição da República) com o direito social à saúde e à redução de doenças e outros agravos, previstos no diploma constitucional, além da relevância pública e do dever do Poder Público de estabelecer medidas que resguardecam a saúde da população e minorem os riscos de expansão da doença (artigo 197 da Constituição Federal);

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir a circulação e aglomeração de pessoas nas dependências das Varas de Trabalho, a fim de minorar as possibilidades de transmissão do vírus;

CONSIDERANDO que a doença COVID-19 tem taxa de mortalidade que se eleva entre idosos e pessoas com doenças crônicas ou autoimunes;

CONSIDERANDO que a adoção de hábitos de higiene básicos aliada à ampliação de rotinas de limpeza em áreas de circulação são importantes para reduzir o potencial de contágio;

CONSIDERANDO que compete aos Magistrados, como gestores das Varas do Trabalho, deliberar acerca de questões específicas que porventura se apresentem relacionadas à prestação jurisdicional, tais como organização de pauta, adiamento de audiência e restrição de circulação de pessoas nas dependências da unidade jurisdicional;

CONSIDERANDO que este Tribunal, pelo Comitê de Saúde, manterá avaliações permanentes acerca dos indicadores públicos sobre a evolução da pandemia;

RESOLVEM:

Art. 1º - Recomendar aos Juízes Diretores dos Foros que, se necessário e em atenção às peculiaridades de cada unidade jurisdicional, determinem medidas hábeis a minorar os riscos de contágio e expansão do COVID-19 onde houver aglomeração de pessoas para a realização de audiências ou quando, notadamente, as Varas sejam concentradas em prédio único, de modo que, dentre outras medidas, as audiências sejam realizadas pelas Varas existentes em um mesmo andar com alternância em audiências matutinas e vespertinas, cabendo ao Magistrado mais antigo a escolha do turno em que fará as audiências.

Parágrafo único Nas salas de audiências, o acesso poderá ser restringido às partes, procuradores, testemunhas em depoimento e auxiliares da Justiça.

Art. 2º Recomendar que os Magistrados e Secretários de Varas orientem o aumento da frequência de limpeza dos banheiros, elevadores, balcões, corrimões e maçanetas.

Art. 3º Recomendar que as audiências sejam realizadas com as janelas abertas.

Art. 4º Recomendar que não devem permanecer nas dependências das Varas do Trabalho magistrados, servidores, partes, advogados e prestadores de serviços que apresentem sintomas visíveis de doença respiratória.

Art. 5º Caberá aos Magistrados deliberar acerca do adiamento de audiências, remanejamento de pauta e outros requerimentos relativos a partes e procuradores considerados em grupo de risco (idosos e pessoas com doenças crônicas ou autoimunes) ou que apresentem sintomas da enfermidade.

Art. 6º Esta Recomendação entra em vigor na data da publicação, pelo prazo de 15 dias, podendo ser prorrogado a critério desta Corregedoria.

Publique-se e registre-se, remetendo-se cópia aos Juízes Titulares, Substitutos e Auxiliares em exercício na Primeira Instância.

ANA MARIA REBOUÇAS
Desembargadora Corregedora

MARISTELA ÍRIS DA SILVA MALHEIROS
Desembargadora Vice-Corregedora

Edital

Edital

Altera o Edital n. 1 de 14 de janeiro de 2020

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE PERITOS, TRADUTORES E INTÉRPRETES N. 2/2020

Altera o Edital n. 1, de 14 de janeiro de 2020, que trata do cadastramento de profissionais para prestação de serviços de perícia, tradução e interpretação nos processos judiciais no âmbito da Justiça do Trabalho.

O PRESIDENTE E A CORREGEDORA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO a Resolução n. 256, de 14 de fevereiro de 2020, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), que alterou os arts. 4º,